



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO N.º AVP_CN_2015

Entre

A **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL**, Instituição de Utilidade Pública Desportiva, contribuinte n.º 501982060, com sede na Avenida de França, n.º 549, 4050-279, Porto, aqui representada pelo seu Presidente, Vicente Henrique Gonçalves de Araújo, adiante designada como Primeira Outorgante,

E

A **ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PORTO**, com o contribuinte n.º 501940731, com sede na Rua António Pinto Machado, n.º 60 2º andar, 4100-068, Porto, representada neste acto pelo seu Presidente, Joaquim Manuel Oliveira Vilela, adiante designada por Segunda Outorgante,

Ambas em conjunto designadas como "Partes",

Considerando que:

- Pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, os apoios ou comparticipações financeiras atribuídos pelas federações desportivas às associações regionais ou distritais nelas filadas, são obrigatoriamente titulados por contratos programa de desenvolvimento desportivo;
- A concessão de apoios mediante a celebração de contratos programa de desenvolvimento desportivo tem em vista, nomeadamente, fazer acompanhar a concessão dos apoios por uma avaliação completa dos custos de programa ou projecto;
- O apoio concedido via contratos programa de desenvolvimento desportivo visa uma maior coordenação da modalidade, para que uma política global, visando o Voleibol Nacional, possa ser cada vez mais efectiva;

De acordo com a legislação em vigor é celebrado o presente **Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo**, o qual se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira (Objecto)

Constitui objecto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira, concedida pela Primeira Outorgante à Segunda Outorgante, referente a encargos relativos às primeiras fases dos Campeonatos Nacionais da III Divisão Masculina e Feminina, na época 2014/2015.

Cláusula Segunda (Período de execução do programa)

O prazo de execução do programa objecto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato programa termina em 31 de Julho de 2015.

Página 1 de 3





FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

MA
h

Cláusula Terceira (Comparticipação financeira)

1 - A participação financeira a prestar pela Federação Portuguesa de Voleibol à Associação de Voleibol de Porto, para apoio à execução do Programa referido na Cláusula 1.ª, é até ao montante máximo de **EUR 1.623,70** (Mil seiscentos e vinte e três euros e setenta centavos).

2 - A alteração dos fins a que se destinam as verbas previstas neste contrato só poderá ser feita mediante autorização escrita da Federação Portuguesa de Voleibol, com base numa proposta fundamentada da Associação.

Cláusula Quarta (Disponibilização da participação financeira)

1 - A participação referida na Cláusula anterior será disponibilizada mediante pedido da Associação e apresentação dos respectivos documentos de despesa, e de acordo com a afectação de verbas do I.P.D.J. para o efeito.

2 - Os documentos de despesas deverão ser legalmente e fiscalmente aceites, em nome da Associação e deverá descrever de forma inequívoca a despesa que capeia. Deverão ser enviados também os seguintes documentos:

- Calendários
- Mapa das nomeações

Cláusula Quinta (Revisão da participação financeira)

A participação financeira prevista na Cláusula Terceira poderá ser reduzida de acordo com os valores reais da despesa apresentada à Primeira Outorgante no decorrer da época.



Cláusula Sexta (Obrigações da Associação)

São obrigações do Segundo Outorgante prestar todas as informações relativas ao acompanhamento da aplicação das verbas confiadas para o fim objecto do presente contrato-programa.



Cláusula Sétima (Obrigações fiscais, para com a Segurança Social e para com a Federação)

O Segundo Outorgante não poderá beneficiar de novos apoios financeiros por parte da Primeira Outorgante, sempre que se encontre em situação de incumprimento das suas obrigações para com a Segurança Social, Fisco ou para com a Federação Portuguesa de Voleibol.



Contribuinte n.º 501982060

Página 2 de 3



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

Cláusula Oitava (Incumprimento das obrigações da Associação)

O incumprimento, por parte do Segundo Outorgante, das obrigações abaixo discriminadas, pode implicar a suspensão das participações financeiras da Primeira Outorgante:

- a) Das obrigações referidas nas Cláusulas 4ª, 5ª e 6ª do presente contrato-programa;
- b) Das obrigações contratuais constantes noutros contratos-programa celebrados com a Federação Portuguesa de Voleibol;
- c) De qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.

Cláusula Nona (Obrigação da Federação Portuguesa de Voleibol)

É obrigação da Federação Portuguesa de Voleibol verificar o exacto desenvolvimento do programa de Actividades e Desenvolvimento da Prática do Voleibol que justificou a celebração do presente contrato-programa, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução nos termos anteriormente definidos ou noutros que, no seu entender, sejam adequados ao mesmo fim.

Cláusula Décima (Vigência do Contrato)

O presente contrato-programa entra em vigor na data da sua assinatura e termina em 31 de Dezembro de 2015.

Cláusula Décima Primeira (Disposições finais)

1 - Nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, este contrato programa será publicitado na página electrónica da Federação Portuguesa de Voleibol.

Assinado no Porto, em 20 de Março de 2015, em dois exemplares, devidamente assinados e rubricados pelas partes, ficando um em posse de cada uma das partes.

Pela FPV

(Vicente Henrique Gonçalves de Araújo)

Pela Associação

ASSOCIAÇÃO VOLEIBOL

(Joaquim Manuel Oliveira Vilela)

PORTO

